

PINGA-FOGO

■ **ELEIÇÕES UNIMED RIO** - Nesta quarta-feira (16) acontecem as eleições para os novos membros dos Conselhos da Unimed-Rio, incluindo a diretoria. Todas as três chapas concorrentes trazem candidatas mulheres à Presidência. Estão aptos a votar 3.900 médicos.

■ **Uma das chapas traz a Dra. Denise Durão, otorinolaringologista, atual vice-presidente, cooptada há mais de 20 anos e com experiência de oito anos de gestão na cooperativa, com MBA em Gestão Empresarial na FGV, em Saúde Suplementar na UCP e em Governança Cooperativista no Excecop.**

■ **Denise Durão tem se destacado com a proposta de concluir as negociações em andamento e sanar as dívidas da empresa sem que haja necessidade de os sócios realizarem desembolsos.**

■ **PP LIDERA PREFEITURAS NA BAIXADA** - O Partido Progressistas lidera o número de prefeitos eleitos na Baixada Fluminense no pleito do último dia 6 de outubro. Dos 13 municípios que integram a região, o PP continuará comandando 3 (Nova Iguaçu, Magé e Seropédica). O PL permanecerá na administração das cidades de Mesquita e Nilópolis. O PT conquistou as prefeituras de Paracambi e Japeri. O União Brasil sacramentou vitórias em Belford Roxo e Queimadas. Já os partidos Agir, MDB, Podemos e Republicanos elegeram apenas 1 prefeito, em Guapimirim, Duque de Caxias, Itaguaí e São João de Meriti, respectivamente.

■ **NOVA DANÇA DAS CADEIRAS** - O vereador Ednilson Vampirinho retorna à Câmara Municipal de Volta Redonda nesta quarta-feira (15), para assumir a vaga deixada pelo vereador Washington Uchoa, que fará o caminho inverso: voltará à prefeitura e assumirá novamente a Secretaria de Pessoa com Deficiência. A dança das cadeiras acontece porque os dois perderam a eleição para o Legislativo e serão abrigados pelo prefeito Antonio Francisco Neto. No ano que vem, Vampirinho assumirá a subprefeitura da região do Santo Agostinho, que será criada em 2025.

■ **CAPITAL DO MOUNTAIN BIKE** - Conhecida como a Cidade Imperial, Petrópolis agora também será internacionalmente lembrada como a Capital do Ciclismo de Montanha – Mountain Bike do estado do Rio de Janeiro. A Lei 10.518/2024, de autoria do deputado estadual Sérgio Fernandes (PSD), foi sancionada pelo governador Cláudio Castro. Todos os anos, centenas de esportistas visitam a cidade para a prática do ciclismo, além do público que vai assistir aos campeonatos de Mountain Bike. “Petrópolis, a cidade imperial, é celeiro de atletas de elite, como o bicampeão mundial Henrique Avancini e a jovem atleta Giugiu Morgen. Nos últimos anos, nossa cidade recebeu a Copa Mundial de Ciclismo, o Desafio de Gigantes Internacional, este último evento idealizado por Henrique Avancini e que reuniu 1.200 ciclistas de dez países na cidade”, destacou Fernandes.

■ **AMBIÇÃO PATERNA?** - Nesta terça-feira (15), o ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos foi incluído no rol dos Heróis e Heroínas da Pátria. Eduardo Campos morreu em um acidente de avião em 2014, quando disputa a Presidência da República pelo PSB. Na solenidade, estavam presentes o prefeito do Recife, João Campos (PSB), filho de Eduardo Campos, que foi reeleito no primeiro turno com larga votação, e sua namorada, a deputada Tabata Amaral, que disputou a prefeitura de São Paulo também pelo PSB.

■ **Em determinado momento, na sala de reuniões ao final da cerimônia, alguns notaram a forma carinhosa como João Camos mirou a cadeira que era ocupada por Lula no centro da mesa. Estaria João Campos sonhando com a ambição paterna?**



Fotos Divulgação



Durante o evento na Livraria da Travessa, Henrique Meirelles (e) com o prefeito de Maricá, Fabiano Horta (d)



Entre os presentes no evento, o ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga (e) com Meirelles (d)



Marcos Silveira, da gestora de recursos Legend, atento ao livro já na fila de autógrafos



O ex-ministro e ex-governador de Pernambuco Franco (e) com Henrique Meirelles (d)



O autor assinando o exemplar para João Maurício de Freitas, presidente do PT e vice-prefeito eleito de Maricá



Ao centro o amigo Jaime Spiegel, com o casal Eva Missine (e) e Henrique Meirelles (d)

Encontro dos GG5 aborda abastecimento de água dos hotéis

O encontro mensal dos gerentes gerais e diretores dos hotéis 5 estrelas do Rio de Janeiro, realizado nessa terça-feira, dia 15 de outubro, no hotel Othon, contou com a presença de representantes das concessionárias Águas do Rio e Iguá, responsáveis pelo abastecimento de água e tratamento de esgoto no Rio de Janeiro. O consumo de água é uma das maiores despesas dos hotéis, o que ressalta a importância da colaboração dessas concessionárias com o segmento.

O diretor institucional da Águas do Rio, Sinal Andrade, destacou que a empresa reconhece a importância da hotelaria para a economia fluminense. “Nos sentimos fazendo parte desse segmento do turismo. Temos discutido ações específicas para valorizar a questão associativa”. A empresa detém a concessão de abastecimento de água e saneamento básico em 26 municípios e 124 bairros da cidade do Rio e é responsável pela despoluição da baía de Guanabara.

Já a Iguá, representada na ocasião por sua gerente institucional, Josely Cabral, oferece tratamento para água e esgoto para os municípios de Paty de Alferes e Miguel Pereira e para 18 bairros no Rio de Janeiro, entre eles a Barra da Tijuca, que concentra muitos hotéis. A empresa administra estruturas como a Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) Barra, o Emissário Submarino da Barra e todo o sistema de esgotamento sanitário do Eixo Olímpico, que inclui as elevatórias Vila dos Atletas e Olímpica, além de 1,3 quilô-



Encontro mensal dos gerentes gerais e diretores dos 5 estrelas do Rio de Janeiro aconteceu no hotel Othon Palace, em Copacabana

metros de tubulação coletora de esgotos e é responsável pela despoluição do Complexo Lagunas de Jacarepaguá.

Também esteve presente o vereador eleito Flávio Valle, que aproveitou para reforçar os compromissos assumidos com o setor de turismo antes da eleição e se colocou à disposição para continuar sendo o interlocutor entre o segmento e a prefeitura. Ele apresentou o novo subprefeito da Zona Sul, Bernardo Rubião.

No final do encontro o diretor comercial e de operações dos hotéis Othon, Jorge Chaves, apresentou o novo projeto do rooftop, com a

piscina de borda infinita mais alta da cidade e que tem o dobro do tamanho da piscina anterior, com um investimento de R\$ 10 milhões.

Réveillon

Além disso, o encontro teve a presença do coronel Jorge Almeida, do Corpo de Bombeiros, para falar de Réveillon, com HotéisRio confirmando 12 pontos de queima de fogos no céu da Barra este ano.

Almeida é diretor de serviços técnicos, e esteve representando o coronel Luz, que é o responsável por diversões públicas.

Fernando Molica

A lei do racismo religioso

Deputados estaduais do Rio Grande do Norte e a governadora Fátima Bezerra (PT) têm a obrigação de autorizar o uso, em salas de aula, do Alcorão, de livros de Allan Kardec e de textos baseados em tradições religiosas indígenas e afro-brasileiras. A lista deve incluir material relacionado a qualquer outra forma institucionalizada de fé.

A medida tem que ser tomada para compensar a lei 11.935/2024, sancionada pela governadora no último dia 8, que permite a leitura de trechos bíblicos nas escolas “como recurso didático e paradidático para a disseminação cultural, histórica, geográfica e arqueológica de seu conteúdo”.

De autoria do deputado evangélico Coronel Azevedo (PL), o projeto aprovado pela Assembleia Legislativa e transformado em lei contraria o caráter laico do ensino público e não passa de maneira disfarçada de impor uma visão religiosa aos estudantes.

Em primeiro lugar, não seria preciso autorizar o que nunca foi proibido, a leitura de textos bíblicos que sejam úteis em atividades escolares. A Bíblia, assim como outros livros religiosos, carrega uma série de referências, históricas, culturais e geográficas que podem ser úteis no ensino. A permissão legal é, na prática, um estímulo a evangelização incompatível com o ambiente escolar.

A lei finge ser pluralista ao ressaltar que será garantida “a liberdade de opção religiosa e filosófica, sendo vedada a obrigatoriedade de participação em qualquer atividade”. Como nos casos de criação do ensino religioso em redes públicas, a própria existência de algum tipo de prática relacionada à fé em ambiente escolar abre caminho para a discriminação.

Não é simples para uma criança afirmar que não quer acompanhar uma leitura de textos bíblicos porque sua família é candomblecista, mulçumana ou atéia. Isso, num país em que o preconceito religioso é muitas vezes motivador de violência contra os que profes-

sam crenças não hegemônicas. Escola é lugar de integração, de superação de diferenças, não de exclusão.

A desculpa de que a leitura de tais trechos terá caráter didático apenas reforça a importância de inclusão de outros textos considerados sagrados ou que fazem referências a tradições preservadas oralmente e, depois, consolidadas em livros. Um professor de história ou de geografia pode citar o Velho Testamento para falar das crises no Oriente Médio — mas tem que citar também o Alcorão.

O problema é separar a fé do conhecimento. É impossível ignorar datas queridas como o Natal e a Páscoa, tão presentes na

nossa vida, mas a escola não pode bancar que Jesus era filho de Deus e que ressuscitou — todos somos livres para acreditar ou não no que está escrito na Bíblia.

Pior seria levar para aulas de biologia, fantasias como a criação dos seres humanos a partir de Adão e Eva, algo válido apenas no campo da mitologia.

(E por falar nisso: segundo a tradição iorubá, o mesmo barro serviu para Oxalá nos moldar. Seria legal contar nas escolas como duas culturas tão diferentes têm pontos em comum. Mas isso, claro, sem dar a qualquer visão religiosa o peso de verdade factual ou histórica).

É impossível negar a importância das culturas e religiões

dos povos originários e daqueles trazidos da África na formação brasileira. Vieram deles rituais e das crenças que, muitas vezes sincretizadas, estão presentes na nossa vida e têm também valores culturais, históricos, geográficos e arqueológicos. Vale lembrar que o gentílico “potiguar” vem de um povo indígena do ramo tupi.

Só o preconceito religioso — irmão gêmeo do racial — explica a não previsão, pela tal lei, de uso de textos de outras religiões. É preciso, portanto, incluí-los. O mais razoável, porém, seria a revogação da 11.935 ou a declaração de sua inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.